

O SISTEMA TOPONÍMICO BRASILEIRO

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick

A nomenclatura geográfica de uma região encerra, na tipicidade de suas designações, amplas possibilidades de estudo. A tessitura toponímica, com efeito, longe está de ser monótona no significado que recobre ou destituída de interesse prático ou científico. Através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto sócio-culturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode, mesmo, muitas vezes, estabelecer a correlação entre o “nome” dos acidentes e o “ambiente” em que ele se acha inscrito.

EDWARD SAPIR (1) já demonstrara a maneira pela qual as condições ambientais se refletem na língua — principalmente no léxico — de um determinado agrupamento humano, estruturando-se em casses conceituais de ampla significação:

“Não obstante, tratando-se da língua que se pode considerar um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, convém compreender no termo “ambiente” tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regimes de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais, estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte”

Para justificar o seu ponto de vista, estabelece comparações entre sistemas léxicos de dois povos indígenas norte-americanos — os

(1). — SAPIR, Edward — *Linguistique*. Paris, Les Editions de Minuit, 1968, p. 74).

Paiute e os Nutk —, localizados em pontos mediterrâneos e costeiros do território, sujeitos a condições topográficas diferentes, geradoras, portanto, de atividades distintas, chegando à conclusão de que a maior ou menor incidência de vocábulos relacionados aos respectivos domínios de experiência está intimamente ligada às condicionantes ambientais. Estas, como forças geradoras de energia, comandam, conscientemente ou não, as disponibilidades ingüísticas dos falantes.

As interferências ocorridas no campo da linguagem receberiam, assim, dos fatores mesológicos, a sua primeira conformação estrutural, organizando-se em unidades significativas até posteriores e eventuais transformações e acomodações em novos esquemas conceptuais. De acordo com essa linha de raciocínio, o idioma tende a refletir a concepção dos falantes relativamente ao meio onde vivem. Os valores grupais assumem, dessa forma, uma dimensão que transcende o próprio “eu” e se manifesta no pensamento comunitário, como forma única de sentir, desde que projeção isoada de uma individualidade.

GUERMAN F. GUIZZETTI (2) trata também do mesmo tema, ao abordar as ligações entre “cultura” e “espírito coletivo”:

“Na conferência que pronunciei na Sessão Solene do Primeiro Congresso Brasileiro e Jornada Latino-Americana de Psicologia, de 3 de dezembro de 1953, expus um propósito de definição do Espírito Coletivo, com referência à totalidade da substantiva (funcional) exterior aos membros da sociedade — ainda que estes sejam seus criadores, sem os quais carece de sentido — e, ao mesmo tempo, interior aos mesmos enquanto se redistribui em cada um deles. Esta realidade não substantiva está formada pelos suportes individuais comuns, enquanto comuns e próprios do grupo sócio-cultural”

Em função desse entendimento, o idioma se apresenta, para ele, como “o modo de falar de um grupo social determinado, produto de uma comunidade de hábitos lingüísticos coletivos; (e que) mostra um duplo aspecto estático e dinâmico que, por outro lado, nos apresenta todos os fatos sociais e, em conseqüência, a cultura” (3)

C. LÉVI-STRAUSS, (4) estudando o comportamento do indígena sul-americano, refere-se à distinção geográfica existente entre

(2). — GUIZZETTI, Guerman F. — “La Etnolinguística: del mundo el idioma al mundo de la cultura”, in *Revista de Antropologia*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1957, p. 79).

(3) — GUIZZETTI, *Ibidem*, p. 78/8 0.)

(4). — LÉVI-STRAUSS, Claude — *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967, p. 131.

“savana” e “floresta”, o que pode sugerir “uma distinção cultural” “A savana”, diz ele, “é imprópria não apenas ao cultivo, como à coleta de produtos selvagens; aí a vegetação e a vida animal são pobres. Ao contrário, a floresta brasileira, porém, é pródiga em frutos e caças e desde que nos limitemos a arranhá-lo, o solo é rico e fértil” () “No Brasil tropical, a floresta e as margens fluviais constituem o meio mais favorável ao cultivo, à caça e à pesca e também à coleta. A savana é desfavorecida sob todos estes pontos de vista”

A “influência positiva do meio”, em tais circunstâncias (florestas e margens fluviais), moldaria, assim, a conduta do aborígene e a sua reação diante das possibilidades naturais: “A habilidade caçadora dos Bororo foi despertada ou favorecida, sem dúvida, pela vizinhança do pântano, rico em caça do curso médio do Paraguai, e o lugar ocupado pela pesca na economia do Xingu é certamente maior do que o seria nas regiões setentrionais do Aüeto e Kamayurá” (5)

Com efeito, os Bororo, grupo do centro-oste brasileiro, constituem referência bastante segura quando se pretende apontar exemplos de léxicos especializados e, principalmente, quando se quer enfatizar o binômio homem/meio-ambiente.

Em sua tese de livre-docência em Línguas Indígenas do Brasil, na Universidade de São Paulo, CARLOS DRUMOND (6) recolheu aspectos esclarecedores a respeito do problema:

“Assim, através o exame dos nomes dados pelos Bororo a morros, rios, ancoradouros, etc., inferimos, de imediato, e no caso tem valor corroborativo, a característica fundamental do gênero de vida destes índios: *uma sociedade de caçadores. O mundo animal, intimamente ligado à sociedade humana* através os elementos ergológicos e animológicos que compõem o patrimônio cultural deste grupo, *está presente na maioria dos topônimos*” (O grifo é nosso)

Em outra oportunidade (7), e fundamentado em trabalho semelhante de TEKLA HARTMANN, mostrara que “a nomeação dada à flora local por estes índios confirmava plenamente a característica que vimos apontando, isto é, aproximadamente 70% dos nomes de plan-

(5). — LÉVI-STRAUSS, *Ibidem*, p. 132.

(6). — DRUMOND, Carlos — *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1965, p. 16.

(7). — DRUMOND, Carlos — “Caracterização de Aspectos da Cultura do Bororo através da língua”, in *Idiomas, Cosmovisiones y Culturas*. Argentina, Universidad Nacional del Litoral, 1968, p. 55/62.

tas são referentes a animais (nomes em que figuram explicitamente as semelhanças de caracteres morfológicos entre plantas e animais; nomes em que tal semelhança é atribuída indiretamente; nomes de plantas que servem de alimentos de animais. *Ex.*: *amemaréu i* (*améma* = esp. de lagarto; *réu* = sufixo de semelhança; *i* = árvore) = árvore cuja casca assemelha-se à pele do lagarto; *adúgo i* (*adúgo* = jaguar) = árvore cuja casca é sulcada por listras longitudinais que uma lenda afirma terem sido produzidas pelo escorregar das garras do jaguar que tentava subir ao alto da árvore”, etc.

A nomenclatura geográfica Bororo, segundo Drumond, registra tais vocábulos como topônimos: *Adugori* (morro do jaguar) “designa dois morros, às margens do rio *Tugorijão* (rio Diamantino, afl. do Araguaia) e no curso inferior do rio *Pogubo Xeréu* (rio S. Lourenço)”; *Amemári* (morro do lagarto), “às nascentes do rio *Tadariumána*” Podem ser citados, ainda, como exemplos: *Jerigigiri* (morro da tartaruga); *Kudoróri* (morro da arara azul); *Pirojéri* (morro da andorinha); *Porubi* (rio do peixe jaú morto); *Toroaríbo* (rio do morro do gavião); *Kadóri* (morro da taquara), etc.

A homogeneidade linguístico-cultural dos Bororo veio, dessa forma, a se configurar na Toponímia, transformando a área geográfica onde se localizam naqueles casos de densidade onomástica indígena, em que os nomes se encontram diretamente ligados ao próprio denominador — excluída, portanto, a nomeação indireta — e nos quais os topônimos, por força dessa circunstância, puderam se preservar de contaminações externas, na expressão e no conteúdo.

Analisando-se o código lingüístico do grupo e as formas toponímicas correlatas, admite-se ser o método designativo utilizado essencialmente analógico, possibilitando, assim, a inclusão dos Bororo, como exemplo prático, nos quadros programados por LÉVI-STRAUSS, ao estabelecer paralelos entre o pensamento selvagem e o científico.

H. LEPARGNEUR, um dos comentadores das teorias antropológicas (8), menciona, a respeito, o seguinte: “Os povos primitivos buscaram, sobretudo, *analogias entre espécies naturais* (animais, plantas) e formas sociais (ou do mundo do homem) O pensamento selvagem classifica () usando de analogias () Enquanto o pensamento científico correu atrás da compreensão do que é causalidade — sem tê-la conseguido — o pensamento selvagem limitou-se a *estabelecer correspondência entre polos naturais e culturais*” (O grifo é nosso)

(8). — LEPARGNEUR, H. — *Introdução ao Estruturalismo*. São Paulo, Editora Herder, 1972, p. 60/61.

Em termos quantitativos, a contribuição Bororo à Toponímia brasileira foi bem menor que a dos Tupi, sem dúvida alguma uma das mais importantes famílias indígenas de que noticia a etnografia do Brasil. As circunstâncias dessa influência, que se fizeram sentir, consideravelmente, na própria língua portuguesa, remontam à História do país. Apesar das referências obrigatórias ao grupo, quando se pretende discutir as raízes da terra e de sua gente, as dificuldades da pesquisa antropolinguística esbarram no fato comum, apontado pelos historiadores, dos constantes deslocamentos desses selvícolas pelo território. Alguns destes autores, como ARTHUR RAMOS (9), condicionam a “mobilidade geográfica” dos Tupi à “mobilidade sócio-cultural”:

“As migrações desses povos, iniciadas desde os tempos mais remotos, puzeram-nos em contacto com outros grupos, o que incrementou a tarefa de aculturação inter-tribal. De um lado, os Tupi perderam muitos traços de sua cultura originária; de outro lado, transmitiram a diferentes tribos muitos traços de sua própria cultura — na língua, na cultura material e espiritual —, originando-se uma ampla tarefa de “tupi-guaranização” de vários daqueles grupos, muitos deles hoje descritos como Tupi-Guarani”

Por isso mesmo, o sistema léxico tupi, envolvendo aspectos da cultura material, como reflexo de uma sociedade de economia mista, não se fixou em nenhum deles, em particular, marcando, portanto, uma posição antitética a dos Bororo. Daí a gama variada de sua contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam ao linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na Toponímia, que se vale deles como fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas, as tradições culturais indígenas.

Estudando a etimologia dos nomes geográficos tupis, THEODORO SAMPAIO (10) afirma que “as denominações tupis das localidades ou dos indivíduos, como todos os epítetos de procedência bárbara, são de uma realidade descritiva admirável, exprimem, sempre, as feições características do objeto denominado, como produtos que são de impressões nítidas, reais, vivas, como soem experimentar os povos infantes,

(9). — RAMOS, Arthur — *Introdução à Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Coleção Estudos Brasileiros, 1943, 1^ª Vol, p. 95.

(10). — SAMPAIO, Theodoro — *O Tupi na Geografia Nacional*. 4a. Edição, Bahia, 1955, p. 153.

incultos, no máximo convívio com a natureza. Expressam também meros acidentes em uma circunstância qualquer, mas que deixaram viva recordação no ânimo dos selvagem” Insiste, ainda, na necessidade de se conhecer dos locais “a característica, tanto a atual como a de outrora, que, de certo, deu origem à denominação que investiga”

Não é fora de propósito, porém, dizer-se que o aprofundamento das pesquisas toponímicas contemporâneas talvez permita a contestação, até certo ponto, da tese de Theodoro Sampaio, no que respeita à designação dos lugares mediante o processo exclusivamente descritivo. Em variadas situações (citem-se, por exemplo, os zootopônimos ou os fitotopônimos), o envolvimento onomástico é de natureza associativa, assumindo a Toponímia, nesses casos, uma diretriz oposta àquela apontada pelo tupinólogo. Por outro lado, não se pode por em dúvida o núcleo principal de suas afirmações, que persiste como norma onomasiológica: a vinculação toponímica aos traços ambientais aparece, via de regra, na nomenclatura indígena, como uma constante, comprovando-a alguns exemplos extraídos de algumas das categorias taxionômicas: *hidrotopônimos* (nomes de origem hidrográfica) *Pará*, *Paraná* (= rio, mar); *Paracatu* (rio bom); *Itu* (salto); *Ituberaba* (salto brilhante); *litotopônimos* (nomes onde sobressai a natureza do terreno ou a origem mineralógica) — *Ibí* (a terra, o chão); *Butantã* (de *yby-tãtã*, a terra dura, firme); *Ibicuí* (a terra fina, a areia); *Itambé* (a pedra afiada); *Itajubá* (a pedra amarela, o ouro); *fitotopônimos* (nomes de origem vegetal) — *Ibirá* (a madeira); *Ibirarema* (o pau d’alho); *Indaiatuba* (o sítio das palmeiras indaiás); *zootopônimos* (nomes de origem animal) — *Jacaré* (rio dos jacarés); *Jundiá* (rio dos Jundiás); *Jaguaribe* (no rio da onça), etc.

As especificações do ambiente físico registradas nas camadas toponímicas tupis podem ser interpretadas como uma reação favorável à própria presença dos fatores mesológicos e a um maior envolvimento do índio pelas características específicas dos acidentes, como formas e dimensões, situação geográfica, recorte do relevo, escassês ou abundância de vegetação, aspectos típicos aos cursos d’água (coloração, natureza do declive, piscosidade), etc; *Iguaçu* (rio grande); *Paramirim* (rio pequeno); *Itapuã* (pedra redonda); *Itapira* (pedra empinada); *Ipauçu* (ilha grande); *Paranapiacaba* (lugar de onde se avista o mar); *Caeté* (a mata virgem); *Itirapina* (monte sem vegetação); *ibiuna* (a terra preta); *Parapanema* (rio sem peixe); *Paraíba* (rio encacho-eirado); *Ipiranga* (rio vermelho), etc.

Os mais antigos cronistas da História do Brasil já deixaram expressa, em suas obras, a vinculação indígena ao ambiente físico, tal

como ocorre nas *Notícias do Brasil*, de GABRIEL SOARES DE SOUZA (11):

“Do porto dos Búzios a *Itacoatigara* são nove léguas e este rio se chama deste nome por estar em uma ponta dele uma *pedra de feição de pina como ilha*, a que o gentio por este respeito pôs este nome, que quer dizer *ponta da Pipa*” (Cap. X, p. 12). (O grifo é nosso).

“(. .) e quem vem do mar em fora verá por cima deste rio um monte mais alto que os outros, da feição de um ovo, que está afastado da barra algumas seis léguas, pelo qual é a terra bem conhecida. A este monte chamam os índios *Manhana*, que quer dizer entre eles *espia, por server de todas as partes do muito longe*” (Cap. XXI, p. 22) (O grifo é nosso)

“() A *Itapuã* é uma ponta saída ao mar, com uma pedra no cabo cercada dele, a que o gentio chama deste nome, que quer dizer *pedra baixa*” (Cap. XXVII. p. 26)

A Toponímia de origem indígena, porém, não se restringe, apenas, às famílias mencionadas, constituindo-se, ainda, de nomes originários dos Aruak e Karib, dos Gê, Cariri e Kaingang, além de possíveis designações vinculadas a outros grupos não convenientemente estudados. As dificuldades para o levantamento completo dos topônimos dessas procedências são explicadas pela relativa familiaridade com tais idiomas e pelas diretrizes que norteavam as investigações toponímicas nativas, quase sempre voltadas, com exclusivismo, para as etimologias tupis, em virtude de sua reconhecida importância e significação para os estudos histórico-lingüísticos brasileiros. A partir de publicações oficiais, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tornou-se mais fácil ao pesquisador ter acesso ao material onomástico registrado, possibilitando-lhe a análise das linguagens exóticas, as quais, de outro modo, poderiam deixar de ser captadas, perdendo-se pelo desconhecimento, elementos esclarecedores de fatos culturais.

Quanto à Toponímia de origem portuguesa (ou brasileira propriamente dita), pela mutiplicidade de traços ambientais que denuncia, permite ao investigador um largo campo de estudos, a partir dos primitivos topônimos históricos, que revelam, de pronto, sua indiscutível filiação: (12)

(11) — SOUZA, Gabriel Soares de — *Notícia do Brasil*, São Paulo, Edição patrocinada pelo Departamento de Assuntos Culturais do M.E.C., 1974.

(12). — SOUZA, Gabriel Soares de — *Ibidem*.

“Do porto de D. Rodrigo ao *porto e rio da Alagoa* são treze léguas, o qual nome tomou por o porto ser uma calheta grande e redonda e fechada na boca que parece alagoa ()” (Cap. LXIX, p. 56) (O grifo é nosso);

“(. .) e chama-se este rio DA CRUZ porque se metem nele perto do mar dois riachos, em direito um do outro com que fica a água em cruz” (Cap., VII, 10/11) (O grifo é nosso) 13.

Dentro, porém, da generalidade temática oferecida pelas condições mesológicas, pode-se, como modelo de trabalho, buscar a filiação do sistema toponímico brasileiro nos parâmetros que norteiam os princípios geográficos e histórico-sociais do país, adotando-se, como ponto de partida, a microvisão proporcionada pelas áreas de cultura regionais. Segundo essa perspectiva de estudo, através das “diversidades” geográficas regionais (14), que condicionaram um determinado tipo de atividades materiais, em função de um momento histórico preciso, chega-se ao estabelecimento da correspondência necessária entre o “nome” do lugar e a condição sociológica determinativa. Percebe-se, assim, claramente, a passagem de um designativo comum de língua à categoria de topônimo, fruto de mecanismo espontâneo de nomeação, embora motivado externamente pelas conjunções do meio. Mais ainda, as “áreas culturais” podem sugerir a formação de “áreas toponímicas”, em virtude de maior concentração de nomes de uma mesma camada significativa, em sua região.

(13). — GABRIEL SOARES DE SOUZA noticia, ainda, outros exemplos ilustrativos da matéria, como estes que se transcrevem:

“(. . .) e para se conhecer a *barra dos Ilhéus* há de se vir correndo a costa à vista da praia para se poderem ver os ilhéus, porque são pequenos e três”; (Cap. XXX, p. 29);

“E comecemos do *Pão de Açúcar*, que está da banda de fora da barra, que é um pico de pedra mui alto, da feição do nome que tem. . . ” (Cap. LI, p. 44) (O grifo é nosso).

“Na ponta desta cidade e ancoradouro dos navios, que está detrás da cidade, *está uma ilheta que se diz a da Madeira* (actual Ilha das Cobras), *por se tirar dela muita*” (Cap. LII, p. 45) (O grifo é nosso).

“Do rio de Guaratiba a sete léguas está um riacho, a que chamam de *Aguaboa*, *pelo ela ser* () (Cap. XXI p. 22) (O grifo é nosso).

“No meio deste caminho está uma ilha rasa, que Antonio Dias Adorno teve já cheia de mantimentos; além da qual está outra ilha, que chamou DA OSTRAS; *donde se tem tirado tanta quantidade que se fizeram de ostras mais de dez mil moios de cal, e vai-se cada dia tirando tanta que faz espanto, sem se acabar*. (Segunda parte, Cap. XXVI, p. 77) (O grifo é nosso).

Nos primórdios da colonização, o Nordeste brasileiro, basicamente, se originou de dois dados principais, o gado e a cana de açúcar, em torno dos quais se construiu toda uma estrutura social. Principalmente o primeiro elemento permanece na Toponímia contemporânea, documentando a cosmovisão de uma sociedade nascitura, em topônimos como Gado Bravo, Vaca Morta, Vaca Seca, Vacaria, Vacas, Curral, Currais, Curralinho, Curralinho de Cima, Curralinho dos Pardos, Curral da Igreja, Curral das Varas, Curral de Arame, Curral de Dentro, Curral de Pedras, Curral de Vacas, Curra do Gato, Curral dos Bois, Curral Moreira, Curral Novo, Curral Preto, Curral Queimado, Curral Velho, etc. Mas os subsídios da economia agrária litorânea sustentam, por seu lado, topônimos como Engenho, Engenho Novo, Engenho Velho, Engenho d'Água, Usina, Casa Grande, Bangué, Trapiche, Cana do Cana do Reino, Cana Verde, Cana Nova.

No Extremo-Sul do país, nomes oriundos do pastoreiro se mesclam aos derivados da presença do cavalo, companheiro indispensável do homem dos pampas: Touro, Touro Morto, Passo do Touro, Novilhos, Invernada Grande, Invernadinha, Pastos, Pasto Ruim, Rodeio, Rodeio Alegre, Retiro, Charqueada, Estância, Estância Velha, Cavalinho, Malacara, Caracu, Caronas, Potreiro, Potreirito.

Por sua vez, a mineração do Planalto Central, criadora dos núcleos urbanos do século XVII, fez despontar nomes como Diamantina, — antiga Tijuco —, Lavra, Lavras da Mangabeira, Lavrinha, Lavagem, Catas Altas e Catas Altas da Noruega, Grupiara, Ouro, Ouro Preto, Ouro Branco, Ouro Fino, Ouro Verde, Ouro Pequeno, Ouro Verde de Minas, Prata, Pratinha, além da própria designação do Estado das Minas Gerais.

A influência social do café, em sua marcha expansionista no território de São Paulo, “vindo do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, através do vale do Paraíba” —, muito embora marcasse uma época e um estilo de vida regional —, foi menor, na Toponímia, que os elementos sócio-econômicos precedentes; não obstante, conhecem-se várias ocorrências motivadas pelo seu cultivo: Café, Café Mirim, Café Ralo, Cafeaara, Cafeeiros, Cafelândia, Cafesópolis, Cafezal, Rubiácea, Pião, Pilõezinhos, Monjolo.

Não se pretende, certamente, neste estudo, abranger todas as ocorrências onomásticas derivadas das regiões culturais brasileiras, mesmo porque uma análise completa do sistema toponímico envolve-

(14) — DIÈGUES JUNIOR, Manoel — *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

ria outras considerações de natureza mais profunda, inclusive aquelas relativas aos topônimos de origem africana. Estes, apesar de representarem, extensivamente, um quadro menor que os de procedência autóctone, denotam as influências lingüísticas experimentadas pelo português do Brasil, na fase histórica da colonização, e permitem que se obtenha, através de sua fixação em regiões determinadas, um retrato mais fidedigno de suas camadas dialetológicas.

Os exemplos aqui colecionados, porém, são suficientes para justificar a propositura inicial da existência de um nexo relacionante entre “nome” e “terra”, e a conseqüente transmutação do topônimo em fonte segura de informação científica.